

## 5- Epílogo

Quando Gonçalves de Magalhães conseguira publicar o seu derradeiro livro filosófico, *A alma e o cérebro*, em 1876, já era um homem maduro e realizado. Contava então com a idade de setenta e cinco anos, e chegara à fase final de sua vida, apesar de algumas polêmicas intelectuais e perdas familiares, inteiro para assumir plenamente o título de Visconde de Araguaia, e assistir, ainda na década de 1860, o resgate de sua obra completa, em oito tomos, através da publicação da Editora Garnier.<sup>1</sup> Com a experiência própria a um ancião das letras, resolvera retomar algumas inquietações tidas no momento em que escrevia *Fatos do espírito humano*, em 1858, livro paradigmático na história da filosofia brasileira. De uma certa forma, reafirmava com mais detalhes sua rejeição por uma abordagem eminentemente orgânica, empírica, da percepção, mantendo-se coerente com o sistema que adotara desde a juventude: o ecletismo espiritualista. Nesta segunda fase de seu pensamento, deixou para trás tudo aquilo que ainda o prendia a uma terminologia materialista, na qual a “impressão” das idéias cumpria um papel fundamental no esquema funcional do entendimento. A “idéia-imagem” obteve maior relevância para a produção da consciência, ou seja, os fantasmas evocados pelo acúmulo da memória ocuparam atenção redobrada para explicar o processo de compreensão como atividade, basicamente, psicológica.<sup>2</sup>

Por priorizar a atividade da consciência, ampliá-la de modo a diminuir o próprio papel do corpo na concepção da subjetividade, o literato brasileiro credenciou-se para descrever, ou pelo menos tentar, os fenômenos psíquicos realizadores das fantasmagorias. Em determinado trecho de *A alma e o cérebro*, expressou as dúvidas com relação ao funcionamento da lembrança e da concepção mental de uma árvore, podendo ser evocada tanto como uma pequena muda, ou como uma frondosa espécime adulta, simulando internamente as impressões do vegetal em diversos estágios de sua vida.<sup>3</sup> Rememorando uma batalha imaginária, perguntou se a evolução dos exércitos presentificados na fantasia seriam corpúsculos de pequenos soldados correndo de um lado a outro da mente. “E quando essas imagens desaparecem da consciência, ficarão

---

<sup>1</sup>QUEIROZ, Maria Helena Pessoa de. “A teoria da ciência e da moralidade em Gonçalves de Magalhães”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976, p. 12.

<sup>2</sup>QUEIROZ, op. cit., pp. 47- 48.

<sup>3</sup>MAGALHÃES, D.J.Gonçalves de. *A alma e o cérebro*. Rio de Janeiro: Livraria B.L. Garnier, 1876, p. 390.

escondidas nos meandros do cérebro, para que outras entrem em cena? Mas tudo isso é muito ridículo e absurdo”, concluía o líder do primeiro romantismo, com um misto de perplexidade e ironia.

Claro que nem todas às vezes a força da perplexidade deixara espaço para qualquer tipo de gracejo. Em outro momento, assumiu o mistério da percepção com todas as letras:

Que um órgão material receba impressões externas, que as reproduza involuntariamente por um movimento oculto, é coisa que facilmente compreendemos; mas que um órgão perceba, queira, reflita e inverta, é, na verdade, uma maravilha que excede a minha compreensão.<sup>4</sup>

Nestes momentos Magalhães lembrava o olhar inexperiente daquele jovem que, a bordo do navio *Dois Eduardos*, partia em busca de novas formas literárias cheio de dúvidas e esperanças. Esta “maravilha que excede a minha compreensão” remetia à composição de figuras escorregadias, cuja procura incessante, aparentemente infrutífera, preparou a intelectualidade brasileira para o advento da fantasmagoria. Quarenta anos antes, seus questionamentos sobre o novo maravilhoso levaram-no a observar o deslocamento incessante de imagens interiores no momento mesmo em que tentava fixá-las para o amigo C.B. Monteiro, numa carta supostamente pensada enquanto atravessava o Atlântico. Entretanto, se em 1834 suas inquietações com relação à melhor forma de transpor poeticamente este fluxo desconcertante tiveram algo de revolucionário, em 1876, com a publicação de *A alma e o cérebro*, constituíram-se em um elemento já assimilado estilística e teoricamente, vastamente explorado por livros dos mais variados gêneros. Ninguém mais se assustava com estas sombras excêntricas, escapadas de entre as frestas de um olhar oblíquo, abruptas.

O caminho para que a fantasmagoria adquirisse a banalidade observada na década de 1870 fora longo. Antes, a hegemonia das alegorias sobre as belas letras deveria ser quebrada, para que as descrições dos fenômenos perceptivos próprios à configuração do sujeito dessem ensejo à notação do fluxo da seqüência fantasmagórica. Como deixamos claro no primeiro capítulo da tese, o alegorismo literário sedimentou-se no universo artístico luso-brasileiro durante o período barroco. Aí se tornou uma forma artística para a qual convergiram todas as ambições de um discurso totalizante, sem arestas, capaz de persuadir os fiéis e os súditos de um significado, de preferência,

---

<sup>4</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 97.

riscado pelo cetro de uma autoridade terrena ou divina. Sob o aspecto de uma forma clássica sobejamente testada, a Igreja e o Estado absolutistas armaram-se com emblemas para resistir a uma prosa cada vez mais atenta às desarticulações da forma, bloqueando durante séculos a entrada de conceitos extremamente frutíferos para a produção de fantasmas – as teorias de Locke, Hume, Condillac, dentre outras fundamentadoras do pensamento moderno. Mesmo durante o surgimento do romance inglês, no início do século XVIII, Portugal e suas colônias americanas privilegiaram uma escritura de fundo alegórico, artificioso, em nada semelhante aos experimentos híbridos entre poética e teoria do conhecimento, capazes de diluir as regras rígidas do discurso nas zonas de sombra deixadas pelo “realismo filosófico”.

O primeiro romantismo brasileiro, do qual Magalhães assumira a liderança, chegou para redimir a ciência moderna em sua vertente teórica e literária no Brasil, adequando as ficções em prosa aos recursos fantasmagóricos, tanto em seu modo figurativo como narrativo. Em meados da década de 1830, período no qual se deu a redação das principais obras introdutoras do romantismo brasileiro, o país já criava as bases para o vislumbre de imagens articuladas à incessante atividade do cérebro. As Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, criadas por ordem de D. João VI, em 1808, introduziram na colônia a prática da clínica moderna e, após a Independência, conforme as instituições adquiriam maior autonomia, os conteúdos presentes em compêndios médico-filosóficos franceses permitiram aos jovens estudantes atingirem as teorias psico-fisiológicas produtoras dos fantasmas modernos.

Porém, no Brasil, o encontro de novas formas científicas não representou um corte profundo com o passado. Grande serventia para que as fantasmagorias chegassem de maneira atenuada, sem que a aterrorizante sombra do empirismo blasfemo ou do idealismo nilista pusesse a perder séculos de doutrinação cristã, fora a vigorosa presença do ecletismo espiritualista no centro irradiador das teorias científicas modernizadoras da literatura brasileira. Sem dúvida, através do sistema conciliador projetado por Victor Cousin, líder da corrente eclética francesa, a história da busca humana pelo processo desencadeador do pensamento passou a refletir a saga em torno do escondido vínculo divino, revelado a cada despertar de consciência. Por isto, o fato de um dos grandes divulgadores do pensamento moderno no Brasil ser um frei, o padre-mestre Francisco de Monte Alverne, soou aos seus pupilos como algo natural. Para a geração de Magalhães, a ciência somava com a religião no sentido de atingir as cifras primordiais.

A promessa de uma pacífica conciliação da metafísica alemã com o empirismo francês, aproveitando as qualidades intrínsecas aos sistemas sem recair no erro de uma sensualidade ou subjetividade radicais, deu a tônica das buscas literário-filosóficas brasileiras do período. A partir do Ecletismo Espiritualista, a intelectualidade brasileira pôde absorver com naturalidade toda uma longa tradição onde a personagem principal era o fantasma. Da Antigüidade Clássica, com Aristóteles e Platão, até as modernas teorias sobre as idéias de Locke, Thomas Reid, Maine de Biran, as imagens nascidas no interior da mente ficaram expostas como delicadas e diáfanas cartilagens numa aula de anatomia. A ansiedade por entender o mecanismo, ou melhor, o organismo promotor deste “milagre” da natureza humana fizera com que as discussões sobre os princípios regentes desta via de simulacros chegassem até mesmo às folhas culturais, motivando uma série de polêmicas cujo poder atrativo atravessaria todo o século XIX. Fora a presença constante de artigos em periódicos oitocentistas, pesquisas mais substanciais atestavam o amadurecimento da sociedade brasileira para os conceitos fantasmagóricos. Traduções e livros originais escritos por Eduardo Ferreira França (*Investigações de Psicologia*) e, claro, Gonçalves de Magalhães, (*Fatos do Espírito Humano*) acostumaram a língua portuguesa à pronúncia levemente arrepiante das vozes saídas da inconsciência.

A partir da década de 1840, justamente no momento em que se criavam as bases científicas de manutenção da fantasmagoria, período de maior entrada das idéias ecléticas, a ficção em prosa brasileira iniciava seu processo de amadurecimento com a produção dos primeiros romances e contos realmente afinados com a modernidade. Na verdade, os compêndios médico-filosóficos constituíram-se em material de suma importância para a criação de personagens em processo de loucura, para descrever sua transformação tipológica e compor seu imaginário rompido por bruscos fragmentos de sonho. O conhecimento científico sobre o corpo e sobre a alma, especialmente aquele divulgado nas aulas de Medicina e Filosofia, portanto, serviu como base de criação do sujeito ficcional, ou seja, todas as descrições dos sintomas físicos e psicológicos divulgados em estudos de nosologia ajudaram na concepção de uma personalidade tomada por fantasmas interiores. Termos como melancolia, monomania, fixação, dentre outros presentes no vocabulário da Medicina do período, foram apropriados pelos ficcionistas com ganhos dramáticos até então desconhecidos no país.

Como viemos destacando desde a introdução da tese, a notação da fantasmagoria possibilitou a mudança temática, figurativa, das ficções em prosa, mas

atingiu também o modo através da qual se organizava a narrativa, possibilitando a composição de formas expressivas da presença psicológica deste novo sujeito. Assim, o desdobramento das pesquisas em direção às faculdades da mente (memória, imaginação e sonho) possibilitou o vislumbre de uma poética que agregava organicamente todas as sobras negadas pelo alegorismo clássico. Ao assumir certa dose de incontinência na dinâmica própria da percepção, a facilidade com que a atenção se desmobilizava do mundo exterior para deixar afluir a memória, ou qualquer outro fragmento da atividade interna da mente, os estudos em teoria do conhecimento apontaram o caminho para a criação de uma linguagem artística capaz de descrever os fenômenos perceptivos assim como eles se apresentavam, sem artifícios. Partindo destes pressupostos, entende-se porque, conforme o empenho na divulgação da cultura eclético-espiritualista frutificava em artigos, discussões e livros de valor especulativo, autores como Álvares de Azevedo simulavam estilisticamente estados próprios a uma mente enfermiça, saltitante entre o sonho e a realidade.

Assim, em 1876, no momento em que *A alma e o cérebro* fora publicado, a cultura brasileira já havia passado pelas transformações necessárias ao justo emprego da fantasmagoria. O velho remanescente do primeiro romantismo poderia se regozijar de ter sido um dos primeiros a procurá-la, muito embora somente seus herdeiros espirituais tenham chegado de fato a esboçá-la de forma convincente. Nas ficções em prosa, uma dupla de escritores, membros da segunda leva romântica, entregou aos leitores produtos realmente estudados com os olhos da alma: Joaquim Manuel de Macedo, Álvares de Azevedo. Guardando as diferenças estilísticas entre eles, ou mesmo suas implicâncias com relação à herança recebida, a busca encetada por Gonçalves de Magalhães fez-se sentir em cada um. Gravavam em torno dos temas – nacionalidade, sentimentalismo, fantasmagoria – levantados pela introdução do romantismo no Brasil.

Certamente, o legado de imagens espectrais ultrapassou os próprios limites do romantismo, já que a conquista de uma comunicação fantasmagórica ficara como um troféu sobre a escrivania, na verdade, um ganho inestimável para a inspiração de formas artísticas cada vez mais arrojadas. No Brasil, o domínio da prosa psicológica chegaria ao ápice expressivo no final do século XIX, com Machado de Assis encadeando os fragmentos de idéias com maestria suficiente para a inclusão de mais um capítulo na história da fantasmagoria. A prova mais cruel deste fato aconteceu no final do século XIX, no livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em que o fantasma criado anulava a descrição de pura espiritualidade de seu estado atual para recompor o tempo

passado, um espectro cuja presença subsistia unicamente na narrativa de uma lembrança. Os grandes momentos da obra machadiana advieram de uma exata noção dos limites da percepção humana e de um ceticismo irônico com relação ao sobrenatural, outorgando à atuação ininterrupta da mente – suas associações imprevisíveis, suas fantasmagorias involuntárias – os motivos de contínuos desenganos. Um dos índices de sua modernidade residiu exatamente aí.

Ao que me conste, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço-o eu, e a ciência me agradecerá. Se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo; vá direto à narração.<sup>5</sup>

O melhor aqui, para finalizar, seja seguir o conselho do autor e ir direto à narração. Deixar a imaginação correr ao sabor da trama e, por si mesmo, encontrar o mundo que um dia habitou a mente destes memoráveis escritores brasileiros.

---

<sup>5</sup> ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Dicomel, s/d, p. 22.